



GREVE DOS PETROLEIROS

Antes da deflagração da greve dos petroleiros, em 03.05.95, a AEPET enviou carta à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e aos núcleos, onde relatou a preocupação da diretoria da entidade em relação ao movimento reivindicatório, levando-se em consideração o momento político atual, marcado pelas discussões em torno da Revisão Constitucional, na qual a quebra do Monopólio Estatal do Petróleo era, sem dúvida, o alvo principal dos neoliberais. Esta correspondência não era destinada ao público externo.

Em um segundo momento, antes da audiência de julgamento da abusividade da greve, em 09.05.95, a AEPET encaminhou carta ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) - com cópias à FUP e à PETROBRAS, propondo uma saída para o impasse. No dia 12.05.95, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON), enviou correspondência ao Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a greve. Em 20.05.95, o Jornal do Brasil publicou nota sobre esta carta.

Outra nota sobre o assunto foi elaborada pela AEPET, desta vez divulgada para o público externo e publicada no Jornal Folha de São Paulo em 16.05.95

Na sequência dos acontecimentos, a AEPET tomou conhecimento de que alguns superintendentes regionais tiveram acesso à primeira nota, enviada exclusivamente à FUP e aos núcleos da AEPET antes do início da greve, e estariam utilizando este material para divulgar uma suposta posição da AEPET contrária à greve dos petroleiros.

Neste sentido, a diretoria da AEPET ressalta que a primeira correspondência da entidade sobre o movimento grevista foi uma análise sobre o momento político atual, dirigida à FUP. Isto porque, como já é de domínio público, as posições de greve ou não greve são tomadas nas assembléias dos petroleiros, comandadas pelos sindicatos, não havendo, portanto, qualquer interferência da AEPET nesta questão. Em função disso, foi enviada nota aos núcleos com esclarecimentos da entidade.

Finalmente, com a ocupação das refinarias pelo Exército, em 24.05.95, foi divulgada carta da AEPET à imprensa e aos núcleos.

As correspondências citadas estão sendo publicadas na íntegra neste boletim.



AEPET
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1995.

Prezados Companheiros,

A AEPET, em sua reunião de Diretoria do dia 27/04/95, definiu que é de seu dever levar à FUP as seguintes ponderações:

1. É notório que os trabalhadores de todo o País passam por enormes dificuldades financeiras, sobejamente conhecidas e sentidas por todos nós. No caso da PETROBRAS, no entanto, não se tem interlocutor para discutir essa questão: o Presidente da República é notoriamente avesso à negociação; o Ministro das Minas e Energia remete o problema à direção da PETROBRAS, a qual, por sua vez, diz-se impotente para dar solução favorável às nossas reivindicações.
2. Neste momento, o Congresso Nacional discute a Reforma Constitucional e, em particular, a emenda de quebra de monopólio estatal do petróleo, não havendo disponibilidade de tempo - nem prioridade política - dos nossos aliados habituais para discutir e defender nossas postulações salariais.
3. A convocação da greve geral dos petroleiros, em conjunto com outras categorias de trabalhadores de estatais e servidores públicos, não nos parece adequada para o momento atual pelas razões apontadas anteriormente. Acreditamos que o fato será amplamente utilizado pelos meios de comunicação para colocar a opinião pública contra os petroleiros e capitalizar pela aprovação da emenda constitucional.
4. Concluindo, não antevemos qualquer possibilidade de resultado favorável nesta greve, uma vez que há notório interesse governamental em indispor os petroleiros contra a opinião pública, demonstrar força sobre os trabalhadores organizados - sobretudo nas estatais - e, finalmente, quebrar o monopólio estatal do petróleo. Lembramos que a YPF, após privatizada, demitiu 30.000 petroleiros.

Fraternalmente

[Assinatura]
Diretoria da AEPET

Av. Almeida Barros, 22 - 19º andar - Rio de Janeiro RJ - CEP 20031-000 Tel: (021) 252-9224 - Telex: (021) 40167 AEPET

Federação Única dos Petroleiros, Filial à CUT
Av. Passos, 34, 3º andar - Centro - Rio de Janeiro, CEP 20051-040
Tel: (021) 221-1269 e Fax: 221-1266
HIG SUL 704, Bloco O, casa 51 - Brasília-DF, CEP 70331-765
Tel: (061) 322-3485 e Fax: 322-3647

Brasília, 02 de maio de 1995

DN: 152/95

A
Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET
ATT.: Diretoria
Assunto: S/Correspondência s/nº de 28/04/95
Greve de 03/05/95

Informamos que as preocupações que a Direção da AEPET abordou no documento acima citado foram discutidas em reuniões desta Federação, bem como nas Assembleias que deliberaram pela Greve a partir de 03/05/95.

Além disso, tivemos duas Plenárias nacionais nos meses de janeiro e março de 1995, onde estes temas foram profundamente debatidos por delegados de base.

Nossas reivindicações não se prendem unicamente ao aspecto econômico e trazem também como eixo a Defesa do Patrimônio Público e da Soberania Nacional.

Como as deliberações ocorreram nos nossos fóruns democráticos, todos os petroleiros são responsáveis pela construção desta Luta.

Com relação às Reformas Constitucionais, onde a proposta governamental de flexibilização do Monopólio do Petróleo tramita na Comissão Especial que avalia a PEC-6, e as implicações que uma greve traria neste momento, estamos distribuindo uma carta aberta aos Parlamentares na qual enfocamos esta questão (segue anexo).

[Assinatura]
Saudações Sindicais,
Antonio Carlos Spis
Direção Colegiada



AEPET
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS

Rio de Janeiro, 05 de maio de 1995.

Ao
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
Ministro José Ajuncaba da Costa e Silva

Ass.: Negociação Salarial dos Petroleiros

Preocupados com o desfecho da reunião de conciliação convocada para amanhã entre a PETROBRAS e os representantes dos petroleiros, estamos trazendo algumas informações como subsídios ao entendimento.

2. O TST, ao julgar as pendências referentes ao Plano Bresser, em janeiro de 1990, deu percentual de 9,62% a partir da publicação do Acórdão. A PETROBRAS decidiu retroagir o pagamento a 1ª de janeiro de 1990, como mostrado no anexo I.
3. Há entretanto, um passivo trabalhista devido, já que da inflação de junho de 1987, de 26,06%, 15% foram pagos, segundo a PETROBRAS, em setembro de 1988, e os 9,62% restantes, a partir de janeiro de 1990. A PETROBRAS reconhece dever sete salários, conforme Anexos II, III e IV. O pagamento deste passivo foi motivo de negociação, não se chegando, entretanto, a um acordo entre as partes.
4. Considerando que o resíduo do Plano Bresser já foi pago à maioria dos trabalhadores de outras categorias (anexo V), acreditamos que seu pagamento poderá gerar uma saída para o impasse desta negociação, sem constrangimentos legais à PETROBRAS e aliviando parcialmente as dificuldades financeiras por que passam, no momento, os petroleiros.

Atenciosamente

1/ Fernando Leite Siqueira
Presidente

Anexos:

"Dialogando de 23/01/90"
Plano Bresser - memória de cálculo
Jornal do Comércio de 11/11/94
Jornal do Brasil de 23/11/94
Tribuna da Imprensa 22/11/94



AEPET
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS

ANEXO - II

PLANO BRESSER - MEMÓRIA DE CÁLCULO

Inflação de junho/87 = 26,06%
Devida a partir de setembro/87

Foram pagos:

- 15,00% em setembro/88
- 9,62% $\left(\frac{1,2606}{1,15} \right)$ em janeiro/90

RESTARIA SER PAGO O SEGUINTE VALOR EM ATRASADOS

- 12 meses (set/87 a ago/88) + 13ª + gratificação férias =
 $14 \times 0,2606 = 3,6484$ salários
- 16 meses (set/88 a dez/89) + 13ª + gratificação férias =
 $18 \times 0,0962 = 1,7316$ salários
- total = 5,38 salários

A EMPRESA RECONHECE DEVER 7 SALÁRIOS

obs.: As contas acima servem como estimativa para cálculos dos atrasados e não como valor exato, que deveria ser calculado corrigindo-se monetariamente os salários de cada mês.

FOLHA DE S. PAULO

Terça-Feira, 16 de maio de 1995 1-5

PUBLICIDADE... SOBRE O MOVIMENTO DOS PETROLEÍROS...

O Ministro do TST Almir Pazzianotto, após o julgamento da greve dos petroleiros afirmou: "Os trabalhadores foram vítimas de uma fantasia", informando que o único papel com pretensão de acordo foi assinado pelo ex-ministro de Minas e Energia, Delcídio Gomes. Nada valia. Apoiado nas o presidente da PETROBRAS tinha competência para firmar um acordo com a categoria. "Ministro de Estado não administra a PETROBRAS".

O curioso é que o raciocínio dos membros do TST, de que ministro não administra a PETROBRAS, só é válido para punir os petroleiros. Na verdade, a PETROBRAS vende os derivados de petróleo para as distribuidoras a prazo, sem cobrar os encargos financeiros vigentes no mercado, em desrespeito à Lei das S/A, causando a transferência de centenas de milhões de dólares dos cofres da PETROBRAS para as cofres das distribuidoras. E isso ocorre por determinação do Ministro de Minas e Energia.

A PETROBRAS vende nafta para a indústria petroquímica por um preço inferior ao que deveria ser praticado, se a Lei fosse obedecida, em cerca de US\$ 20 por tonelada, causando uma transferência indevida de US\$ 200 milhões por ano dos cofres da PETROBRAS para os cofres das felizes empresas petroquímicas. E, nesse caso, por determinação do Ministério da Fazenda. Portanto, ao que tudo indica, os ministros de Estado só podem administrar a PETROBRAS para beneficiar grupos privilegiados e, nesse caso, são prontamente obedecidos sem contestação. Porém, quando se trata de um acordo coletivo assinado pelo Ministério do Trabalho com os petroleiros, por delegação do Presidente da República, não tem valor. Na verdade, o governo quer forçar o confronto, a falta de derivados de petróleo para então dizer para a sociedade. "É por isso que o monopólio do petróleo da União tem de acabar". Propositamente, levou os petroleiros a um arrocho salarial sem precedentes.

Se o Congresso Nacional fizesse uma investigação no Ministério da Fazenda, entre novembro de 1993 a março de 1994, verificaria que, nesse período, foram tomadas decisões que engordaram as receitas das distribuidoras em prejuízo da PETROBRAS e do País, conforme representa o Deputado Federal Paulo Ramos junto à Procuradoria Geral da República, o que poderia resultar em um outro impeachment, uma vez que à época o Ministro era o atual Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Ou seja, vivemos uma absurda farsa em que o objetivo é quebrar o monopólio do petróleo da União para atender aos interesses privados, internacionais. O pacote de emendas do Governo desmonta de forma grotesca o País mais viável do mundo. Não cremos que os parlamentares do Congresso cairão nesta armadilha, assumindo esta responsabilidade perante o país e a história.

AEPET - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1995



AEPET
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS

Aos Núcleos da AEPET

Tomamos conhecimento de que documentos da AEPET, anteriores à greve em andamento, vêm sendo utilizados por setores interessados em dividir o atual movimento dos petroleiros. Em especial, cópias de carta enviada à FUP em 28 de abril de 1995 vêm sendo distribuídas como representando a posição da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS - AEPET.

Para que não mais existam dúvidas sobre a questão, a AEPET vem afirmar o seguinte:

1. A greve atual é justa e busca a recuperação das condições econômicas mínimas a que os petroleiros têm direito, face à erosão dos nossos salários pela inflação e da desapropriação ocorrida anteriormente pelos diversos planos e pacotes governamentais.
2. Por duas vezes, no passado muito recente, os petroleiros aceitaram - em boa fé - encerrar movimentos grevistas com alto nível de mobilização e adesão em troca de promessas oficiais de negociação. Em ambas as vezes a categoria foi ludida, sendo que, na última ocasião, após a assinatura dos documentos por parte das autoridades governamentais, representantes da PETROBRAS e o aval do Presidente da República. Pedir ou exigir, agora, que mais uma vez os petroleiros acreditem nas promessas de negociação somente após o retorno integral ao trabalho, é fazer pouco da memória, da auto-estima e da inteligência das pessoas.
3. Ninguém ignora a mobilização política da decisão do TST, fugindo aos aspectos jurídicos envolvidos, desta forma, seria desabido pedir aos petroleiros que agissem de outra forma que não, também, politicamente.
4. A intenção de colocar os petroleiros de joelhos tenta, igualmente, quebrar sua fé no papel que representam na defesa da soberania e da independência econômica e tecnológica do Brasil, sendo clara, igualmente, a deliberada tentativa de usar o movimento do Petróleo. A simples leitura ou audiência da mídia demonstra o Monopólio Estatal do Petróleo. A simples leitura ou audiência da mídia demonstra o assanhamento em que as forças da entrega de nosso País se acham possuídas.
5. Fraternal e solidariamente com todos os petroleiros, autorizamos a divulgação deste documento.

[Assinatura]
Diretor da AEPET

C.C. FUP - Federação Única dos Petroleiros



AEPET
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1995.

Ontem, no jornal O Globo, o Senador Antonio Carlos Magalhães exigiu que a greve dos petroleiros fosse abortada pela presença do Exército Brasileiro, o se necessário, como disse, com "pau neles".

- 2- Hoje de madrugada, com extrema rapidez, o Governo obedeceu às ordens do senador da Bahia. Configurou-se, assim, de uma vez por todas a para o convencimento dos que ainda tinham dúvidas, que o poder está sendo exercido, de fato, pelo referido senador e seu partido, o PFL. O povo brasileiro, que elegeu um presidente - Fernando Henrique Cardoso - representante de um partido - o PSDB -, assiste, portanto, à ocupação do poder por quem empalmou-o sem a legitimidade do voto popular.

- 3- A Associação dos Engenheiros da PETROBRAS - AEPET, face à ocupação militar nas refinarias, vem alertar à população, às forças de ocupação, à direção da PETROBRAS, aos Ministros e ao Presidente da República que uma refinaria de petróleo é uma unidade industrial extremamente complexa - cada uma com características próprias - e que só pode ser operada por equipes capacitadas e treinadas para aquela unidade específica. Qualquer erro operacional implicará em falhas de segurança, como ocorreu na REDUC, em 1972, resultando em 42 mortes.

- 4- A greve teve início pelo desrespeito do Governo Federal a um protocolo de entendimentos, dos quais participaram o ex-Presidente Itamar Franco, Ministros de Estado, dentre os quais o das Minas e Energia, ao qual a PETROBRAS está subordinada.

- 5- O Tribunal Superior do Trabalho (TST), instado pela PETROBRAS a julgar a paralisação pelo cumprimento do Acordo, julgou sem valor o protocolo.

- 6- Outro documento assinado pelo Superintendente Adjunto do Serviço encarregado das negociações salariais e o representante do sindicato também foi desconsiderado pelo TST. Entendeu o Tribunal que o

Av. Andrade Balthazar, 22 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-000 - Tel. (021) 220-4774 - Fax (021) 262-9224 - Telex (21) 40187 AEPET



AEPET
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS

documento somente seria válido com a assinatura do Presidente da PETROBRAS. Todos os Acordos Coletivos de Trabalho, entretanto, sempre foram assinados pelo Serviço de Recursos Humanos, representando legalmente a Companhia, e não pelo seu Presidente.

- 7- Como é notório, a Direção da PETROBRAS, sendo subordinada ao Ministério de Minas e Energia, acata suas determinações, independentemente de haver ou não participado da assinatura de documentos.
- 8- A decisão do TST causou um constrangimento muito grande dentro da categoria. Se por um lado preocupava-se com o não atendimento a uma decisão judicial, por outro constatava que deixava de existir a credibilidade nas autoridades governamentais, o que comprometia qualquer negociação posterior, o respeito mútuo entre as partes; entretanto, ela própria democracia.
- 9- A posição para retomada das negociações por parte do Governo condicionava o retorno ao trabalho como ponto essencial. A proposta poderia ser razoável, existindo a confiança entre as partes; entretanto, ela não mais existia pelas razões expostas.
- 10- Ao negar-se a reconhecer estes fatos, enviando tropas em vez de optar pela negociação, o Governo Federal fez uma escolha extremamente perigosa para a democracia no País. Aponta a força como o caminho para a solução dos conflitos sociais, o que só pode levar a radicalizações e ao fortalecimento dos setores mais conservadores que apoiam o Governo, e que certamente exigirão medidas cada vez mais duras. Não haverá caminho de retorno se as soluções radicais não forem extirpadas de imediato, fazendo do Presidente refém daqueles segmentos.
- 11- A reforma constitucional proposta pelo Governo certamente será impactada por este gesto de força. Sem dúvida, o Presidente sofrerá pressões para utilizar-se de métodos similares em situações análogas, desgastando a República com ações certamente interesse de suas ideias. O Presidente da República somente interessa aqueles que planejam o vácuo no Poder, para dele apossar-se definitivamente.

Fernando Henrique Siqueira
Presidente

Av. Andrade Balthazar, 22 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-000 - Tel. (021) 220-4774 - Fax (021) 262-9224 - Telex (21) 40187 AEPET

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1995.

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República Federativa do Brasil
Dr. Fernando Henrique Cardoso

A sua rica biografia o coloca entre os democratas do nosso País. Sabemos da importância, para a Democracia, da convivência de pessoas e grupos, com idéias divergentes.

A categoria profissional dos petroleiros, composta por técnicos altamente capacitados e plenamente conscientes da importância do papel que exercem no Desenvolvimento Nacional, encontra-se perplexa com a decisão do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, que julgou não ter valor um acordo assinado por um Ministro de Estado - Delcídio Gomes - e representantes da PETROBRAS, com o aval do então Presidente da República, Dr. Itamar Franco, a cujo ministério Vossa Excelência teve a honra de pertencer.

A decisão dos Ministros do TST choca a Sociedade, traduzindo a legalização da quebra de um contrato, ainda mais quando assinado por um Ministro do Estado Brasileiro e avalizado por um Presidente da República. São imprevisíveis as repercussões que tal ato pode gerar junto a todos aqueles que zelam, com os maiores sacrifícios, pelo cumprimento de seus compromissos.

O movimento reivindicatório dos petroleiros encontra-se, por tudo isso, num impasse, exigindo uma negociação serena e equilibrada para que seja solucionado de forma justa. A situação financeira dos trabalhadores é grave e requer um alívio que lhes assegure a tranquilidade para continuar produzindo riquezas que são fundamentais ao nosso desenvolvimento.

A participação direta de Vossa Excelência, com espírito conciliador e democrático, certamente viabilizará uma saída negociada para esta questão que preocupa, pelos graves desdobramentos que pode ter, a toda a Sociedade Brasileira.

Barbosa Lima Sobrinho
Presidente

Movimento em Defesa da Economia Nacional - MONECON



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1995.

Prezado Companheiro Presidente,

O arrocho salarial imposto aos trabalhadores pelo projeto neoliberal e o desrespeito à palavra do ex-presidente ITAMAR FRANCO e ao acordo firmado pelo então Ministro das Minas e Energia, DELCÍDIO GOMES, levaram os trabalhadores da PETROBRAS a greve.

O movimento dos petroleiros já se prolonga por quase 30 dias, devido à intransigência de setores do Governo.

Medidas duras foram adotadas contra os trabalhadores que construíram a maior empresa do país, responsável por setor estratégico da nossa economia e de extraordinária contribuição para o desenvolvimento brasileiro. Líderes sindicais foram demitidos de máio, os trabalhadores em greve têm a sua já precária situação financeira agravada, criando-se um clima de grande tensão. A mídia divulga a greve de forma tendenciosa, antidemocrática, leviana, explorando apenas os lamentáveis transtornos causados aos consumidores, insinuando a sociedade contra os grevistas, taxados de "marajás", corporativistas, irresponsáveis.

Uma greve de tanqueiros, também no setor petróleo, é solucionada em apenas 3 dias, com o atendimento das suas justas reivindicações, deixando claro que acordos são possíveis quando o conflito não é, deliberadamente, estimulado, com o objetivo de quebrar, na revisão da Constituição em andamento, o monopólio constitucional do petróleo, além de desmoralizar o movimento sindical, inviabilizando as lutas da classe trabalhadora por salários mais justos e melhores condições de trabalho. Os próximos passos, já anunciados, serão a desindexação dos salários, a revogação do salário mínimo, a mutilação das conquistas sociais asseguradas na CLT e na Constituição e as restrições ao direito de greve.

Em face do exposto, solicitamos o decidido e urgente apoio do prezado companheiro para a luta dos petroleiros. Ela é na verdade, também, a luta dos professores, metalúrgicos, eletricitários, urbanitários, telefônicos, servidores públicos e de todas as demais categorias que se opõem ao projeto neoliberal de entrega da nossa economia e de mais arrocho salarial, desemprego, fome, concentração de renda e justiça social.

Solicitamos enviar mensagens de apoio ao movimento, também exigindo a retomada imediata das negociações (sob pena de termos desdobramentos imprevisíveis), para as autoridades indicadas em anexo.

Atenciosamente
Diretor da AEPET

Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET)

Av. Almirante Barroso, 22 - 19º andar - Centro - RJ - CEP: 20031-000 - Tel.: 220-4774 - Fax: 262-9224

BOLETIM DA AEPET

■ Coordenação Gráfica: Selulloid Comunicação - Tel: 220-3861 ■ Jornalista Responsável: Ivana Barreto